

Descartada a idéia de usar a OTN como uma nova moeda

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O programa econômico que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, vai expor aos parlamentares constituintes, na próxima quinta-feira, antes de apresentá-lo aos credores internacionais, nos próximos dias, em Washington, prevê duas estratégias de estabilização da economia para administrar o processo inflacionário e abrir caminho para novos investimentos de forma a permitir um crescimento do Produto Interno Bruto entre 6 e 7 por cento nos próximos 4 anos. Em 87, porém, o aumento do PIB previsto é de 3 a 4 por cento.

A primeira estratégia é a de curto prazo e sua aplicação deverá se estender ao longo deste ano. Nela não consta a proposta que está sendo alimentada pelo Plano Larida — de autoria dos economistas Péricio Arida e André Larra Resende — de introduzir uma nova moeda na economia, a OTN, que se transformaria no indexador geral para preços, salários e ativos econômicos.

A proposta dos dois economistas, ex-diretores do Banco Central aos quais o Presidente teria solicitado contribuição para um novo programa econômico alternativo ao atual, é, segundo os economistas do Ministério da Fazenda, impraticável. Ela exigiria que o déficit público fosse praticamente zerado e as tarifas das empresas estatais imediatamente realinhadas.

DÉFICIT PÚBLICO

Zerar o déficit do setor público é impossível, argumenta um assessor econômico da Fazenda. A razão é simples, diz: somente o setor público tem, no momento, condições de puxar os investimentos nos setores de base sem os quais a demanda global poderá rapidamente entrar em colapso. No momento, os indicadores econômicos demonstram que o setor de bens de capital cresceram cerca de 30 por cento em 1986 e o setor de bens duráveis atingiram 28 por cento. Paralelamente, o setor de bens intermediários,

responsável pela produção de matérias-primas, cresceu somente 8 por cento. Isto demonstra que os setores básicos carecem de investimentos. Como o setor privado dificilmente investirá nos setores básicos, esta tarefa caberá, essencialmente, ao setor público. Nesta perspectiva, a hipótese de zerar o déficit público é remota.

Outro argumento utilizado pelos economistas da Fazenda para justificar a expansão do déficit público este ano: para segurar a demanda global puxada pelo consumo, o Governo já está colocando em prática a alguns meses uma política de estabilização dura, ao deixar flutuar as taxas de juros. Juros altos significa custo mais alto para a rolagem da dívida pública que reflete, consequentemente, no aumento do déficit público.

Duas alternativas estão sendo analisadas para reduzir significativamente o déficit público. Uma, a redução dos subsídios; a outra, os reajustes das tarifas do setor público. A primeira dependerá da decisão do Congresso. De imediato, está para ser reduzido, por decreto, o subsídio ao trigo, que consumiu Cz\$ 23 bilhões no ano passado. Uma decisão em relação ao assunto foi adotada: na última reunião do Conselho Monetário Nacional, o Governo decidiu reduzir o preço de aquisição do trigo. Era comprado a 241 dólares a tonelada, caiu para 201 dólares.

Já em relação ao aumento das tarifas do setor público, o ministro da Fazenda não pretende realinhá-las rapidamente, na mesma velocidade em que estão sendo realinhados os preços privados, para evitar um estouro da inflação em patamares incontroláveis.

Não é possível, portanto, concluir os economistas da Fazenda, reduzir o déficit público rapidamente, razão pela qual é impraticável a colocação em prática da proposta Larida, de deixar a economia à OTN, transformando esta no novo papel-moeda. Caso isso venha a ocor-

rer, alerta um assessor econômico, haverá simplesmente reajustes de preços em OTN na velocidade em que ocorrendo, no momento, e se terá na economia uma inflação em OTN.

Descartado o Plano Larida pelos economistas da Fazenda, resta o plano Funaro, que já está sendo colocado em prática. No curto prazo, o eixo central da estratégia de Funaro é deixar os preços em geral, excetuando os controlados pelos monopólios fluírem. Um assessor econômico citou o que considerou uma feliz expressão utilizada pelo ex-ministro do Planejamento, João Sayad: Os preços precisam oxigenar-se".

Paralelamente ao realinhamento sobreviverá, pelo menos enquanto ele for mantido, o gatilho salarial. A taxa de câmbio variará de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e uma cesta de moeda dos países para os quais o Brasil exporta. E a taxa de juros será mantida em patamares reais para segurar o consumo.

Enquanto persistir a "oxigenação" dos preços, que o assessor econômico prevê deverá estender-se até final de abril, está afastada a hipótese de um novo congelamento.

Até o final do semestre, a previsão, na Fazenda, é de que a inflação deverá ficar entre 12 e 14 por cento. Concluída a fase de realinhamento dos preços, prevê-se a possibilidade de a inflação cair para um patamar médio entre 8 e 9 por cento. Conclusão: a inflação média anual deverá ficar, este ano, próxima dos 200 ou 220 por cento. Para o assessor ministerial esse nível inflacionário é administrável, principalmente porque a inflação, agora, não é inercial, mas fruto de um ajuste temporário.

A estratégia econômica de longo prazo visa um crescimento da economia em níveis históricos entre 6 e 7 por cento. O superávit da balança comercial, em 1987, deverá ser de 8 bilhões de dólares e a necessidade de dinheiro novo será de 4 bilhões de dólares.